



Goiânia-GO: Um Projeto de Cidade-Jardim que não Resistiu às Forças do Progresso

Hamilton Afonso de Oliveira ¹
Susana Sardinha Beker ²
Jonh Moreira Domingos ³

RESUMO

Utilizando-se do método histórico comparativo em uma perspectiva interdisciplinar, principalmente, pelo diálogo da história, urbanismo, arquitetura, paisagismo e educação o presente artigo pretende fazer, além de discussões sobre preservação ambiental, sustentabilidade e qualidade de vida em ambiente urbano, compreender como os habitantes da cidade foram mudando a sua forma de se relacionar com o meio natural ao longo dos anos. Goiânia foi pensada e idealizada para ser, além uma cidade planejada no estilo arquitetônico de cidades-jardim, a futura capital de Goiás que nascia se aproximava dos princípios de uma urbanização sustentável que procurava manter o equilíbrio entre a natureza, economia e sociedade. Utilizando-se de uma documentação variada - planta e plano diretor elaborados por Atílio Corrêa Lima, registros de fotos aéreas, mapas das áreas destinadas a parques e bosques, projetos urbanísticos e planos diretores, relatório urbanístico, dados populacionais, plantas de urbanização de bairros, mapas de loteamentos legais e ilegais - o artigo pretende mostrar que o projeto de construção de Goiânia idealizado por Atílio Corrêa Lima entevia uma interação entre a cidade, o homem e a natureza ao destinar amplos espaços para a construção de praças, jardins e áreas verdes para o lazer, tendo em vista também, a preservação dos recursos naturais essenciais à a uma cidade que poderia abrigar até 50 mil habitantes. No entanto a partir de 1950 o êxodo rural provocando pela expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste levou a uma expansão acelerada e desordenada de Goiânia, e conseqüentemente, a expansão da malha urbana sobre as áreas que deveriam ser de conservação e preservação.

Palavras-Chave: Goiânia; Áreas Verdes; Cidade-Jardim; Progresso.

¹ Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. Professor na Universidade Estadual de Goiás, UEG, Brasil. hamiltonafonso@uol.com.br

² Mestrado Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Goiás, UEG, Brasil. susanasardinhabeker@gmail.com

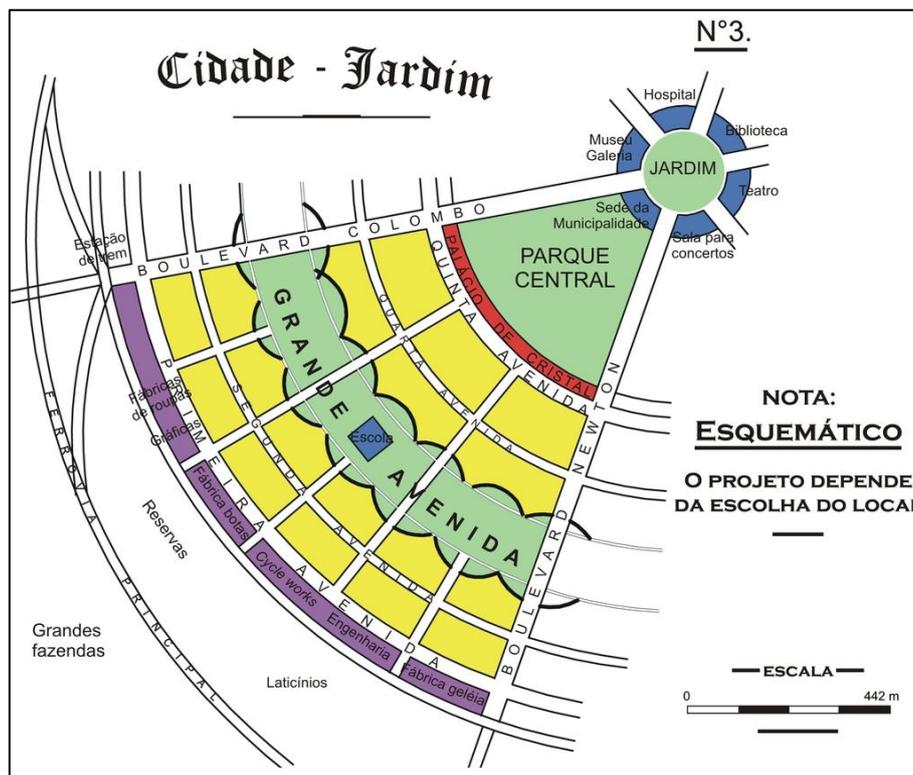
³ Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil. moreiradomingos@hotmail.com

Goiânia nasceu como cidade planejada, idealizado por Pedro Ludovico, em um tempo que o discurso sobre moderniza ganhava espaço. E foi nesse ambiente que a nova capital do Estado de Goiás, Moysés (2004) conclui “Goiânia nasceu com a marca do planejamento” (p. 131) característica imprescindível de uma cidade moderna na década de 1930.

O engenheiro-urbanista Atílio Corrêa Lima foi convidado para ser urbanista da nova capital, era um jovem profissional recém-chegado da Europa onde havia cursado especialização no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. Durante o tempo que esteve em Paris o movimento moderno no urbanismo encontrava-se em discussão. Para Ackel (2007) o movimento modernista no urbanismo surge em virtude da crise da organização, do empobrecimento e do congestionamento das cidades, proveniente especialmente das cidades industriais.

Conforme nota-se na Figura 01, o projeto urbanístico de Cidade-jardim o zoneamento urbano de uma cidade é dividido por categorias de uso e a consequente criação “de zonas especializadas”, dentro dos princípios básicos do Movimento Moderno o espaço urbano é dividido em sete zonas assim distribuídas: “Zona 1- centro comercial e administrativo; Zona 2 - bairros de habitações coletivas; Zona 3 - bairros de habitações individuais; Zona 4 - áreas industriais, Zona 5 - áreas de indústrias nocivas, Zona 6 - bairro operário; e Zona 7 - bairros para mansões de luxo” (Manso 2001).

Figura 01. Zoneamento Cidade-Jardim.



Fonte: Urbanidades.arq (2008).

Era um modelo de cidade moderna que já se encontrava em voga na Europa no final do século XIX e início do século XX, a cidade estilo cidade-jardim idealizado por Ebenezer Howard. "[...] *Garden Cities of To-Morrow* teve tremendo impactos sobre os arquitetos, projetistas e fomentadores da primeira metade do século XX; eles canalizaram todas as suas energias para a produção de ambientes "mais agradáveis e vantajosos que deixariam para trás a metrópole turbulenta" (Berman 1986). Era o modelo de cidade-jardim que se caracteriza pelo contato e interação do espaço urbano com a natureza que, no seu entendimento, era essencial na garantia da qualidade de vida dos seus habitantes. Seguindo esse modelo Atilio Corrêa Lima elaborou o projeto de construção da futura capital de Goiás em meio ao Planalto Central, em uma época que a maior parte da vegetação nativa do cerrado ainda permanecia conservada e quando "os arquitetos foram assumindo um papel cada vez mais importante no planejamento das cidades europeias, somando seus conhecimentos históricos e artísticos aos conhecimentos até então predominantes da engenharia sanitária" (Ackel 2007).

E, paradoxalmente, o projeto de construção de Goiânia foi concebido na década de 1930, quando se deu início no Brasil às políticas desenvolvimentistas com a chamada Marcha para o Oeste cujo propósito principal era ocupar os "espaços vazios" do interior do país, mediante a instituição de uma "cruzada" contra a natureza que era vista "como inimiga do progresso e, portanto, a relação estabelecida incentivava o enfrentamento" (Dutra e Silva 2014).

O projeto em si, para época, do ponto de vista cultural, também, soava como algo paradoxal, por um lado, por preocupar-se com a preservação das matas destinadas a amplas áreas verdes para a construção de praças, jardins e áreas de lazer, e também, com preocupação de preservação das nascentes dos córregos Capim-Puba e Botafogo. Por outro lado, a sugestão de mudança e construção de uma nova e moderna capital por Pedro Ludovico tinha por finalidade, estimular de certa forma a ocupação dos "espaços vazios" tendo por finalidade estimular o desenvolvimento e o progresso de Goiás. Goiânia foi pensada para ser um centro de irradiação da civilização "um centro de trabalho, uma grande escola em que se podem educar e apurar os principais elementos do espírito e do físico do homem e uma fonte de poderosas energias sem as quais os povos não progredem e não prosperam" (Godoy 1942).

Na década de 1930, a administração pública já tinha consciência de que não bastava a apenas a existência de estradas de ferro perpassando por cidades para que o progresso se efetivasse de fato, era necessária, uma cidade moderna. A futura capital deveria estar interligada às demais regiões do próprio Estado de Goiás e do Brasil, por meio de rodovias. Acreditava-se que a nova capital iria não só impulsionar o desenvolvimento econômico e o progresso industrial, mas, sobretudo, valorizar as

propriedades em seu entorno e conseqüentemente gerar lucros substanciais “com a venda de lotes à medida que a cidade fosse crescendo, uma vez que é ao Estado que cabem por direito os lucros que resultarem de tal negócio, pois as valorizações dos terrenos provem de atos do governo e de obras públicas” (Godoy 1942).

A inexistência de uma capital moderna com um centro de cultura, de ordem, trabalho e com atividades coordenadas que proporcionasse o desenvolvimento industrial, bancário e comercial era considerado pela elite intelectual e política de Goiás da década de 1930, como um dos principais empecilhos ao progresso e desenvolvimento do Estado. Para esta elite as razões do atraso – além do isolamento geográfico – se deviam ao fato de não existir “um centro urbano com todos os elementos necessários para expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo” (Godoy 1942).

Foi vislumbrando um projeto de cidade moderna para a futura capital do Estado de Goiás que, em 1933, Pedro Ludovico então Interventor de Goiás, contratou Atilio Corrêa Lima para realizar o projeto urbanístico da nova capital do estado. No projeto apresentado pelo arquiteto é possível perceber a influência da formação que teve em Paris, demonstrando preocupação quanto ao controle do crescimento da futura cidade, saneamento básico e com amplas áreas verdes. Segundo Daher (2009) o projeto de construção de Atilio baseava-se no modelo francês de urbanismo, mas foi Armando Godói que fascinado pelas cidades-jardim de Howard que acabou por adaptar o projeto de Goiânia, já parcialmente implantado, a este sistema inglês de cidade.

A construção de Goiânia foi proposta em uma época que o mundo passava por mudanças profundas na economia, industrialização e a urbanização capitalista se expandiram por diversos países. Na América Latina essas mudanças iniciaram na segunda metade do século XIX, levando a uma transformação da geografia populacional que se deu de forma gradativa do final do século XIX, durante todo século XX e consolidada no início do século XXI. Sennett (2008) conclui que "durante a segunda metade do século XIX, todas as nações ocidentais foram varridas por transformações geo-econômicas". Na América Latina e no Brasil não foi diferente. E Goiânia surgiu neste contexto de surgimento novas cidade e crescimento das que já existiam no Brasil desde o período colonial, como por exemplos, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas foi um crescimento que se desenvolveu, na maioria das vezes, de irregular, arbitrária e de improviso.

PROJETO DA NOVA CAPITAL DE GOIÁS: CIDADE VERDE

Atilio Corrêa Lima foi contratado pelo governo do Estado de Goiás, mediante o Decreto 3.547, de 06 de julho de 1933, representado pela empresa Antunes Ribeiro e Cia. para elaboração dos

projetos da futura capital. Na sua proposta urbanística apresentada a cidade de Goiânia abrigaria 50.000 mil habitantes em uma área total de 1.082 ha, sendo a área construída de 707 ha e 375 ha destinadas a áreas verdes (Corrêa Lima 1942a). O projeto conforme o Decreto 3.547/1933 deveria apresentar:

Art 1º organização do esboço geral do traçado da cidade, partindo de um núcleo central ou se desenvolvendo em torno dele;

Art 2º estabelecimento do anteprojeto na escala máxima de 10:10.000, compondo-se êle das seguintes partes:

- a) sistema de logradouros públicos;
- b) indicações relativas à circulação;
- c) zoneamento ou divisão da cidade em várias zonas, cada uma com determinada finalidade;
- d) esquema das rêsdes de água, de esgôto, de luz e de fôrça;
- e) sistema de parques, jardins, ruas jardins, terrenos para esportes e recreio, bem como indicações sôbre a arborização das ruas.
- f) plano detalhado do centro cívico e dos principais edifícios correspondentes;
- g) indicações sôbre a coleta, transporte e tratamento do lixo;
- h) cadernos das obrigações relativas aos edifícios a serem construídos nas quadras centrais;
- i) relatório justificando as soluções dadas pelo plano dos diferentes problemas, compreendendo:
 - I - legislação relativa ao plano diretor
 - II - regulamento sôbre abertura de ruas e loteamento do terreno;
 - III - regulamento de construções;
 - IV - o projeto deverá prever uma população de 50.000 habitantes (Goiás 1933).

A entrega do relatório ao governador Pedro Ludovico e do anteprojeto urbanístico do núcleo inicial da cidade, destinado a 15 mil habitantes, foi em 1935. No entanto, havia a possibilidade de expansão da malha urbana da cidade até o limite de 50 mil habitantes. Embora não tenha proposto todos os princípios do ideal de Howard (2002), Atilio Corrêa Lima preocupou-se em delimitar o local da cidade, pensou a mobilidade urbana com ruas, vias e ordenação viária, zoneamento da cidade, saneamento básico (rede de esgoto e de fornecimento de água) e, sobretudo, a destinação de amplas áreas verdes na composição do espaço urbano.

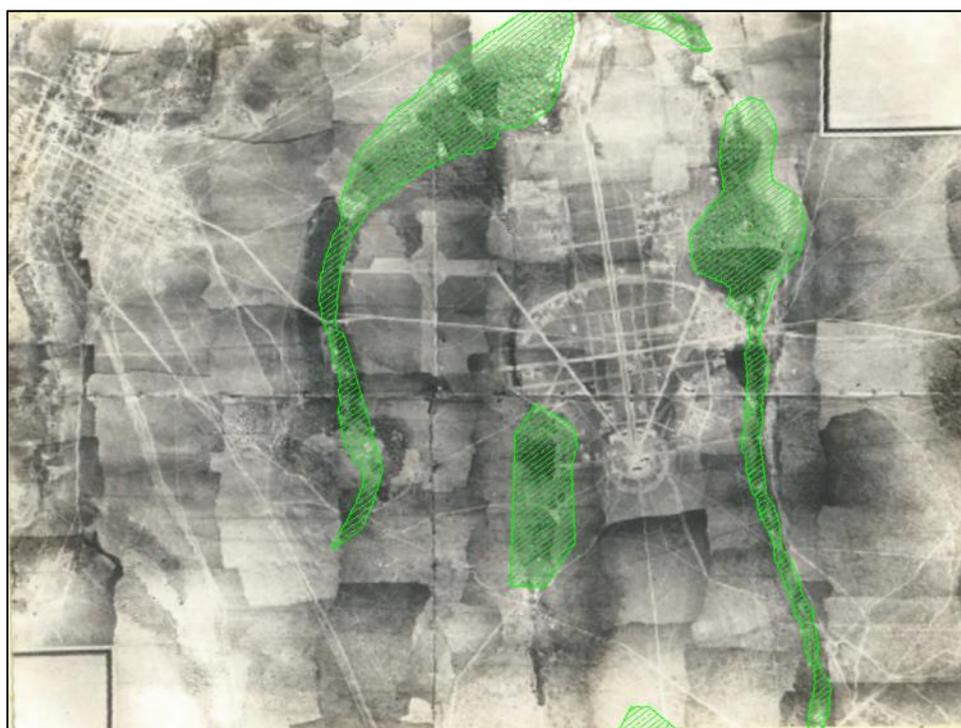
O projeto apresentado para a construção de Goiânia além de seguir um padrão europeu de cidades-jardins previa princípios da sustentabilidade ecológica ao garantir amplos espaços de áreas verdes, bosques, *park-ways*, praças, jardins, áreas de lazer e vias arborizadas, áreas estas que tinham por objetivo a preservação das nascentes e dos córregos da cidade, bem como, garantir qualidade de vida dos futuros moradores (Daher 2003).

A fim de projetar dentro de parâmetros modernos, tendo como princípios conhecimento que adquirira em Paris, a primeira ação de Atilio foi mudar o local Paineira (próximo hoje ao Morro do Mendanha) previamente escolhido para ser o assentamento do núcleo inicial da cidade, por se tratar de uma localidade deslocada da estrada de rodagem (hoje via Anhanguera), bem como, sua distância dos potenciais mananciais de água o que, ocasionaria a elevação dos custos de construção de obras de infraestrutura para garantir o abastecimento da cidade. Além disso,

a configuração do terreno de formação sedimentar, dá-lhe um perfil côncavo, isto é com declive decrescente. Ora um núcleo urbano construído na Paineira, assentaria sobre um terreno de três a quatro por cento de declividade, ao passo que mais abaixo, no local por nós escolhido, essa declividade é em média de dois por cento; portanto, muito mais propício para conter a parte central da cidade (Corrêa Lima 1942a).

Outro fator que levou Atilio a propor a mudança da localidade do núcleo central da cidade foi à proximidade da estrada de ferro, sendo essa fundamental para seu desenvolvimento por ser considerado na época, elemento importante ao progresso desde as cidades industriais do século XIX. Definido o local, Atilio Correia planejou o traçado da cidade conforme a configuração do terreno, conforme nota-se nas figuras a seguir:

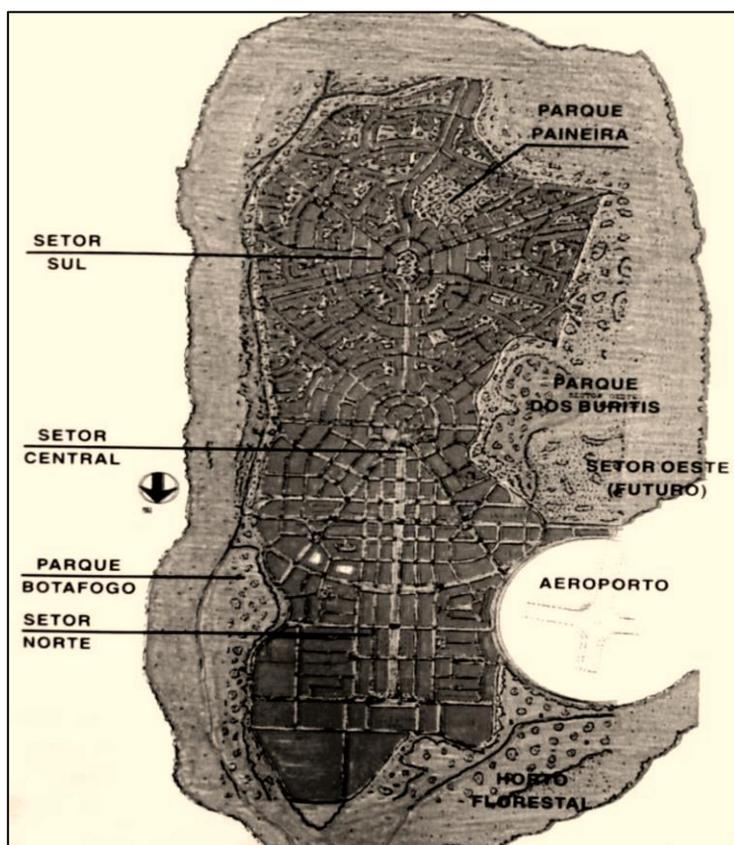
Figura 02. Foto área de 1935 do início da construção de Goiânia.



Fonte: Goiânia (2016) adaptado por Beker (2017).

Conforme nota-se nas Figuras 02 e 03 o núcleo central de Goiânia, no projeto de 1933, foi demarcado “pelos córregos Botafogo (6), desde a foz do Capim Puba (5) até as cabeceiras incluindo córrego Areias, das cabeceiras deste último até as cabeceiras da Vaca Brava uma diretriz conveniente, depois pela Vaca Brava até a altura do Horto e depois Capim Puba até a sua foz no Botafogo” (Saia 1962). Tendo em vista a área cercada por cursos d’água, o arquiteto Atilio Correia Lima incluiu ao plano urbanístico uma grande área destinada a Parques e Bosques que circundariam a cidade. Para Corrêa Lima (1942a) preservação das matas nativas e dos fundos de vales proporcionariam áreas de lazer, entretenimento e qualidade de vida para os habitantes que residiriam próximos aos bens naturais da cidade.

Figura 03. Foto área de 1935 do início da construção de Goiânia.



Fonte: Martins Júnior (1996).

O anteprojeto para da cidade previa bosques e parques junto aos cursos d'água que circundavam o perímetro urbano inicial, os córregos do Botafogo e Capim Puba bem como sua nascente e a nascente do Buritizal. A Figura 02 apresenta a disposição ao longo dos cursos d'água as grandes áreas verdes onde se vê os Parques Botafogo, Buritis, Paineiras, a Reserva Florestal e os *Parkes-Ways*⁴ ao longo dos córregos Botafogo, Capim Puba e do Buritizal. Atílio faz uma breve descrição dos parques, começando pelo primeiro Buritizal:

[...] localizado na extremidade da rua 26, será transformado em pequeno parque.

Para isso será necessário drená-lo convenientemente, conduzindo as águas pelo *tabveg*, em canal descoberto, tirando partido dêste para os efeitos de pequenos lagos decorativos. Êste parque que denominamos dos Buritis se estenderá por faixa ao longo do *tabveg* e medirá 50 metros para cada lado dêste, no mínimo. Formando o que os americanos denominam *park-way*. O córrego Botafogo, a partir do açude onde serão represadas as águas para o abastecimento da cidade, será ajardinada numa faixa mínima de 50 metros cada lado a contar do eixo do rio. Esse ajardinamento, em forma de *park-way*, se prolongará até atingir a mata situada ao sul da avenida Araguaia, que será transformada em grande parque da cidade. Essa mata que denominamos de parque Botafogo deverá ser protegida contra a devastação e contra a explorações industriais, afim de não ser desperdiçado êste valioso patrimônio (Corrêa Lima 1942a).

⁴ *Park-ways*, segundo Martins Júnior (2007), são cinturões verdes circundados pelas alamedas ao longo das matas ciliares das reservas florestais e dos parques municipais.

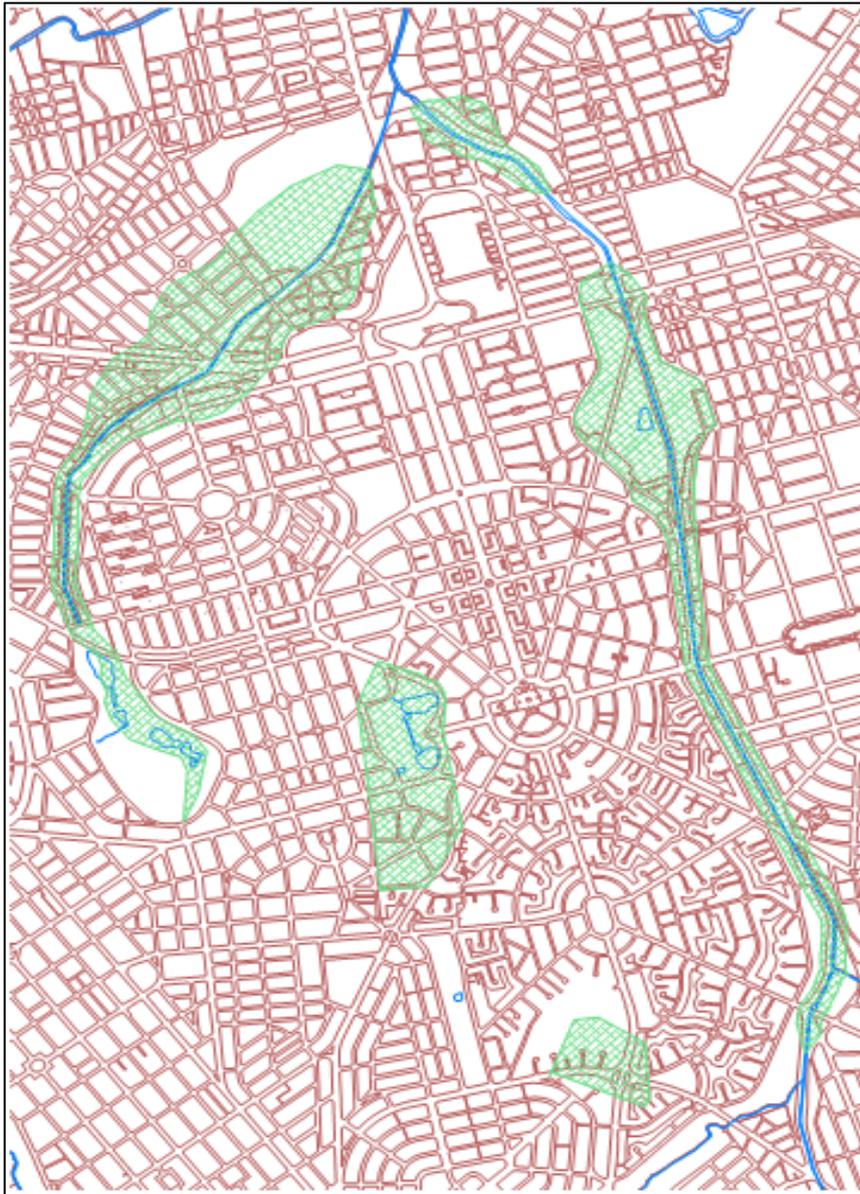
Corrêa Lima especifica em seu projeto que os *park-ways* do Buritizal e do córrego Botafogo deveriam ter margens de 50 metros e reforçava a necessidade de conservação destas áreas verdes para o futuro, evitando ocupações irregulares ou degradação das mesmas (Corrêa Lima 1942b).

O bosque botafogo, situado ao norte da avenida Araguaia, é o principal parque da cidade, pela sua área de 54 Ha, e pela sua vegetação luxuriante onde medram espécies frondosas das nossas madeiras de lei. Atravessado pelo córrego do mesmo nome, que serpenteia em toda sua extensão, formando algumas corredeiras, presta-se admiravelmente para ser conservado ao natural, bastando apenas abrir-se nele alguns caminhos e picadas de passeio. [...] O capim Puba, deverá, nas mesmas condições, ser destinado a um *park-way*, estendendo-se por todo o seu curso até atingir a mata situada ao norte do Aeródromo. Esta mata, onde se dá a confluência dos córregos Botafogo e Capim Puba, e que mede 100 Ha aproximadamente, precisará ser conservada como reserva florestal para o futuro (Corrêa Lima 1942b).

Nas descrições feitas era enfatizada a necessidade de preservação das áreas ao longo dos cursos hídricos, com margem mínima de 50 metros em cada lado. Para Saia (1962) Atílio pretendia que os fundos de vale fossem preservados excluindo essas áreas da construção urbana, o engenheiro destaca que cerca de 90% das áreas de fundo de vales do núcleo inicial do município estariam disponíveis para implantação de *park-ways*, informação essa confirmada quando se analisa as fotos áreas da década de 1930, do sítio inicial de Goiânia, na Figura 03 é possível notar que as matas nativas ao longo dos córregos, as áreas dos bosques, da nascente do buritizal e da Reserva Florestal encontravam-se bem preservadas e sem ocupação. Apesar de grande parte da área original destinada a construção de Goiânia estar desmatada e destinada a pastagens pra o gado, havia na época, por parte dos antigos proprietários a preocupação com a preservação e conservação das nascentes e cursos d'água, conforme nota-se na foto área, produzida no estágio inicial da construção de Goiânia. Para coibir e evitar ocupações irregulares nestas áreas Saia (1962) destacou que no plano apresentado por Atílio os limites entre os bairros, quadras e os parques deveriam ser feitos por meio de ruas de contorno, devendo não haver lotes lindeiros às áreas verdes.

Ao razão de ser uma área relativamente plana e com abundantes cursos d'água bem preservados com quantidade expressiva de matas ciliares, que Atílio Correa Lima e Armando Godoi idealizaram o projeto de construção de Goiânia, inspirado no modelo de cidades-jardim que na atualidade pode ser definido como sendo um projeto de uma cidade ecologicamente sustentável. O que fica evidente quando se sobrepõe os traços do anteprojeto de Atílio sobre a foto aérea de 1930, conforme nota-se na Figura 04, que as áreas demarcadas pelo urbanista para serem Parques e Reserva Florestal visavam, também, a preservação dos recursos hídricos para o abastecimento da população da futura cidade.

Figura 04. Foto área de 1935 do início da construção de Goiânia.



Fonte: IEG (2016) adaptado por Beker (2017).

Porém, ao longo das décadas que se seguiram com a intensificação do êxodo rural e do fluxo migratório em direção à nova Capital foi ocorrendo, conforme nota-se na Figura 04, gradativamente, a ocupação de grande parte das áreas verdes que foram previstas no projeto original e que existiam em Goiânia até a década de 1950. Mas, desde o início da construção, segundo Daher (2003), já havia uma pressão o Córrego do Botafogo com o alojamento dos trabalhadores às suas margens. Nas décadas seguintes, as ocupações irregulares nestas áreas foram crescendo, devido a novas ocupações de uma menos favorecida que se dirigiam para Goiânia em busca de novas perspectivas de vida e trabalho devido, bem como, as novas delimitações nestas áreas para novos projetos urbanísticos, conseqüentemente, a regularização das ocupações ilegais e especulação imobiliária acabaram por

comprometer a preservação da maior parte das áreas destinadas a áreas verdes. Goiânia embora tenha surgido como uma cidade pensada e planejada a sua expansão não foi diferente em relação às demais grandes cidades latino-americanas: a irregularidade, o imprevisto e a marginalização social foram acentuados com a explosão demográfica que acabaram por redefinir o seu traçado urbano.

MUDANÇAS E OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE PARQUES E BOSQUES DE GOIÂNIA-GO

Logo no início mudanças no projeto urbanístico de Atílio Correia Lima começaram a ser sugeridas, especialmente, para atender os interesses dos irmãos Coimbra Bueno responsáveis pela construção da cidade. O arquiteto Armando de Godoy foi contratado para rever o projeto, mas não pôde dar prosseguimento, com isso, segundo Daher (2003), os irmãos Aberlardo e Jerônimo Coimbra Bueno assumiram o papel de urbanistas da cidade. Os projetos apresentados por eles foram regulamentados pelo Decreto-Lei 90-A de 30 de julho de 1938 (Goiânia 1938). A planta geral aprovada apresentava a nova estrutura da cidade, e as suas áreas de Parques e Bosques relacionados no Artigo 1.º, § 1.º definia que "A área urbana de Goiânia abrangerá os setores: Central, Norte, Sul, Oeste, Satélite Campinas, e as áreas destinadas ao Aeroporto, Parque dos Buritis, do Capim Puba, dos Bandeirantes, Zoológico e Hipódromo".

Tabela 01. Comparativo áreas de Parques e Bosques Plano Atílio e Planta Geral de 1938.

Parques e Bosques	Atílio	Planta Geral 1938*
Bosque Botafogo	54 ha	-
Bosque Buritis	40 ha	34 ha
Parque Paineiras	16 ha	--
Park-Way	25 ha	--
Parque Capim Puba	--	17 ha
Parque Bandeirante	--	7 ha
Parque Zoológico/Horto Florestal	--	67 ha
Reserva Florestal	100 ha	13 ha
Total	235 ha	138 ha

Fonte: Corrêa Lima (1942a) e SEPLANH (2016a).

* Valores das áreas são aproximados, tendo em vista não haver documento da época com as áreas precisas dos Parques. Cálculo da área realizado através do programa AutoCad 2000.

A nova planta mudou a estrutura dos parques sugeridos por Atílio e os que permaneceram tiveram suas áreas alteradas. Em um comparativo das áreas destinadas aos parques e bosques no Plano apresentado por Atílio Corrêa Lima para Goiânia e a Planta Geral aprovada pelo Decreto-Lei 90-A/1938, Tabela 01, fica evidente a perda significativa das áreas verdes de 235 para 138 hectares.

Vindo a atender aos interesses imobiliários dos irmãos Coimbra Bueno estabeleceu-se um reordenamento das áreas destinadas a parques e bosques e o estabelecimento de novas áreas que não estavam previstas no projeto original que destinava 235 hectares para o Bosque do Botafogo, Bosque dos Buritis, Parque Paineiras, 100 hectares de Reserva Florestal e 25 hectares para a construção de *park-*

ways. As áreas do Bosque do Botafogo, Paineiras e dos Park-Ways foram suprimidas. O Bosque dos Buritis teve área reduzida de 40 para 34 hectares e a Reserva Florestal que correspondia a 100 hectares ficou com apenas 13 hectares. Foram criadas reservas em áreas mais afastadas do núcleo central original da cidade o Parque Capim Puba com 17 hectares; parque Bandeirante com sete hectares e o Parque Zoológico/Horto Florestal com 67 hectares. Na soma houve redução de 235 para 138 hectares de área destinados às áreas verdes em Goiânia. O restante das áreas não foi relacionado na lei e não recebia garantia nenhuma para sua preservação, além disso, mesmo as áreas destinadas a parques e bosques previstos em lei não se encontravam regularmente medidas e delimitadas.

Após a aprovação da planta geral em 1938 a próxima mudança na estrutura urbanística da cidade ocorreu em 1947 com a aprovação do novo projeto de zoneamento urbanístico do município de Goiânia pelo Decreto de Lei nº 574, de 12 de maio de 1947 (Goiânia 1947). Neste plano urbanístico foram criados os setores: Leste (hoje Setor Leste Vila Nova) e o setor Leste Universitário, e estabeleceu um novo traçado das áreas verdes do núcleo inicial da cidade de Goiânia. As áreas verdes na planta do Plano Urbanístico de Goiânia de 1947, ficaram bem delimitadas, ao contrário do Plano Geral de 1937 que não tinha as áreas verdes precisas e delimitadas.

Tabela 02. Comparativo áreas de Parques e Bosques Plano Atílio e Planta Geral de Urbanização de 1947.

Parques e Bosques	Atílio	Planta Geral 1947*
Bosque Botafogo	54 ha	-
Bosque Buritis	40 ha	34 ha
Parque Paineiras	16 ha	--
Park-Way	25 ha	--
Parque Capim Puba	--	17 ha
Parque Bandeirante	--	7 ha
Parque Zoológico/Horto Florestal	--	67 ha
Reserva Florestal	100 ha	13 ha
Total	235 ha	138 ha

Fonte: Corrêa Lima (1942a) e SEPLANH (2016b).

* Valores das áreas são aproximados, tendo em vista não haver documento da época com as áreas precisas dos Parques, cálculo realizado através do programa AutoCAD2000.

** Foi considerado para cálculo a extensão do Córrego Capim Puba 2.500 m e do Córrego Botafogo 2.500 m, com área verde de 50 m de cada lado.

Neste projeto, conforme dados da Tabela 02, a área do Parque Botafogo que não estava garantida no Plano Geral de 1938 reaparece, mas, reduzida de 54 para 34 hectares; o Bosque dos Buritis teve a área mais reduzida de 40 para apenas 12 hectares; o Parque Zoológico/Horto Florestal teve uma pequena redução de 67 para 66 hectares; a área destinada a Reserva Florestal deixou de existir; havia mais a previsão de áreas destinadas a *park-ways* ao longo das extensões do Córrego do Botafogo e Capim Puba que tinha provisão de 50 hectares para esta finalidade mas, toda esta área, posteriormente, após a década de 1950, acabou sendo invadidas por construções irregulares. Percebe-se que antes de 1950, a

maior parte das áreas destinadas originalmente para áreas verdes já não estavam asseguradas. Com a construção da Avenida Anhanguera houve a divisão da área destinada ao Parque Ecológico e Horto Florestal que ficou subdividido em dois bosques que, posteriormente, construiu-se o Lago das Rosas e o Zoológico. O Parque dos Buritis foi, praticamente, todo ocupado por áreas residenciais e comerciais.

Goiânia na década de 1950, especialmente, com a construção de Brasília passava por profundas transformações decorrentes do intenso fluxo migratório que acabou por repercutir nas condições de urbanização da cidade, especialmente, problemas de infraestrutura e habitacionais. No entanto, nenhum novo plano diretor foi elaborado para coordenar a expansão até os fins da década de 1960. Pelo relatório apresentado por Wilhelm (1968) as áreas de Parques e Bosque do sítio inicial estavam sem estrutura para receber a população, e contavam com áreas bem abaixo do previsto por Correa Lima.

[...] em síntese, a **situação das áreas verdes** é, aproximadamente, a que se segue: além da área de 18 ha da **Caixa d'água e da Estação de Tratamento de Esgôto**, a qual poderá ser planta mas não usada, só ha um parque equipado para uso; o **Parque Recreativo**. Trata-se de uma área de aproximadamente de aproximadamente 22 ha, em parte ocupada pelo **Lago das Rosas**, dispondo de museu, zoo, sanitário, parque infantil, quadra de basquetebol, patinação e barcos. Tudo muito primitivo. No entanto, a frequência aos domingos atinge oito mil visitantes que provêm dos mais diferentes pontos da cidade. Para o **Parque Botafogo**, cuja área é de cerca de 24 ha, atualmente rebatizado de Mutirão, existe um projeto de autoria de Waldemar Cordeiro: Paisagismo: Planejamento e Projeto Ltda., ainda não implantado, e para o Parque Buritis, que tinha 10 ha antes de ser, em parte, desmembrado e doado, não existe, ainda, previsão alguma. Há, ainda o chamado **Parque do Estado**, situado ao extremo Sul da cidade e, também uma áreas situada na Av.Anhanguera, cuja superfície é de aproximadamente 7 ha, além de outras menores espalhadas pela cidade. Significado peculiar adquirem as áreas internas do Setor Sul. Depois da doação do **Parque Veredas**, de 9, 5 ha, a utilização pública dessas áreas se torna vital para o setor, podendo atender também os bairros próximos do Setor Goiás, Setor Pedro Ludovico, parte do Bairro Universitário e parte do Setor Oeste, onde se localizam numerosas escolas. Cerca de 20 ha, portanto, que não podem ser doados, nem vendidos (Wilhelm 1968. **Grifo nosso**).

O Plano de Desenvolvimento Integrado de 1969 foi aprovado pela lei 4.523, de 31 de dezembro de 1971 (Goiânia 1971). Esse plano foi coordenado por Jorge Wilhelm (1968) detectava nos fins da década de 1960, a predominância da especulação imobiliária e a carência de habitação devido a acelerada migração interna e externa ao Estado de Goiás para Goiânia. Estes fatores levaram a cidade a uma expansão desordenada que fugiu de vez ao controle do poder público, o que por sua vez, agravou ainda mais a situação de falta de manutenção e preservação das áreas verdes e parques.

Ao se fazer uma comparação com área dos parques e bosques relatadas no Plano de Desenvolvimento Integrado (PDIG) de 1969, a área existente era bem inferior ao que foi proposto por Atilio Corrêa com uma diferença de 84, 5 hectares, conforme observa-se na Tabela 03.

Em 1969 conforme o Plano de Desenvolvimento Integrado coordenado por Jorge Welheim a área do Parque do Botafogo já era de apenas 24 hectares; Parque dos Buritis foi reduzido a 10 hectares; área do Parque Zoológico/Horto Florestal, nesta época já era conhecido como Lago das Rosas tinha apenas 22 hectares. Houve acréscimos do Parque da Caixa D'Água/Paineiras 18 hectares; Parque Veredas 9, 5 hectares; e o Parque do Estado com sete hectares. As áreas que circundavam o Córrego do Botafogo e do Córrego Capim Puba continuam com provisão de aproximadamente 60 hectares para *park-ways*, mas, que já estavam sendo ocupadas clandestinamente por terceiros de forma inapropriada, ocasionando desmatamentos das matas ciliares e, conseqüentemente, o agravamento dos impactos ambientais.

Tabela 03. Comparativo áreas de Parques e Bosques Plano Atílio e Planta Geral de Urbanização de 1969.

Parques e Bosques	Atílio	PDIG 1969
Parque Botafogo	54 ha	24 ha
Parque dos Buritis	40 ha	10 ha
Parque Paineiras	16 ha	--
Park-Way	25 ha	60 ha*
Lago das Rosas	--	22 ha
Parque Caixa d'água/Paineiras	--	18 ha
Parque Veredas	--	9, 5 ha
Parque do Estado	--	7 ha
Reserva Florestal	100 ha	--
Total	235 ha	150, 5 ha

Fonte: Corrêa Lima (1942a) e Wilheim (1969)

*Área de Park-Way correspondente apenas à área de pesquisa, Sítio inicial de Goiânia.

Wilheim (1968) já detectava nos fins da década de 1960, por conta da acelerada migração para Goiânia, a predominância da especulação imobiliária e a carência de habitação. Estes fatores levaram a cidade a uma expansão desordenada que fugiu de vez ao controle do poder público, o que por sua vez, agravou ainda mais a situação de falta de manutenção das áreas verdes e parques. Luis Saia (1962) ressalta que as primeiras invasões ao longo do córrego Botafogo datavam do início da construção de Goiânia. Nos fins da década de 1960, “ao longo do córrego Botafogo encontrava-se um dos maiores núcleos de invasão de Goiânia, atingindo a área destinada à reserva, prevista no projeto de Atílio Corrêa Lima. Saia conclui que a ganância imobiliária foi o grande agente que depredou e reduziu tais espaços, levando à descaracterização dos fundos de vale, que foram sendo ocupados por habitações” (Ribeiro 2004).

Se comparado com a Figura 02 de 1933, do início da construção de Goiânia, com a Figura 05 na mesma área do ano de 1968 fica muito evidente a redução da vegetação nativa nas margens dos Córregos do Botafogo e do Capim Puba já tomadas por edificações praticamente em toda às margens destes córregos. Assim como, também, nas áreas que seriam destinadas aos bosques do Botafogo e

Buritis que sofreram reduções, com construções de residências, ruas e o parque do Mutirama na área que era provisionada originalmente para ser Parque do Botafogo. A área de 100 hectares, ao sul destinada a Reserva Florestal, conforme previsto no plano original, já estava totalmente tomada por construções e ruas. Havendo apenas uma pequena parcela de vegetação já rala no Parque dos Buritis.

Figura 05. Comparativo áreas de Parques e Bosques Plano Atilio e Planta Geral de Urbanização de 1947.



Fonte: SEPLANH (2016c) adaptado por Beker (2017).

Passados quase que 30 depois da aprovação do Plano Integrado de Goiânia de 1971, em 2000, novamente, foi elaborado um novo Plano de Desenvolvimento Integrado 2000. No levantamento realizado na época, infelizmente, a situação dos Parques, Bosque e Fundos de Vales previstos no projeto original de Atilio Corrêa Lima agravou-se ainda mais com novas perdas de áreas, conforme nota-se na Tabela 04, houve uma redução de mais de 70% das áreas originalmente destinadas a Parques, Bosques e Reserva Florestal que passou a perfazer um total de apenas 71 hectares.

Em 2000 de acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, ao Bosque do Botafogo tinha 27 hectares, sendo que, grande parte desta área foi desmatada e preparada para abrigar o

Parque do Mutirama inaugurado em 1969; o Parque dos Buritis possuía uma área de 14 hectares; o Parque Zoológico e o Lago das Rosas 31 hectares; as áreas previstas nas margens dos Córregos do Botafogo e Capim Puba já estavam todas tomadas por construções residenciais, comerciais e ruas.

Tabela 04. Comparativo áreas de Parques e Bosques Plano Atilio e Plano de Desenvolvimento Integrado – 2000.

Parques e Bosques	Atilio	PDIG 2000
Parque do Botafogo/Parque Mutirama	54 ha	27 ha
Parque dos Buritis	40 ha	14 ha
Parque Paineiras	16 ha	--
Park-Way	25 ha	--
Parque Zoológico/Lago das Rosas	--	31 ha
Reserva Florestal	100 ha	--
Total	235 ha	72 há

Fonte: Corrêa Lima (1942a) e SEPLANH (2016d).

PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS VERDES DO PLANO INICIAL DE GOIÂNIA DE ATÍLIO CORREA LIMA

As áreas verdes estabelecidas por Atilio Corrêa Lima foram delimitadas no anteprojeto apresentado e no plano diretor entregue a Pedro Ludovico Teixeira, conforme haviam sido pensadas pelo seu idealizador, visavam a garantia da qualidade de vida da população da futura capital e a preservação do bem natural. A maioria das áreas destinadas aos Bosques e Parques acabou sendo ocupadas das mais variadas formas, seja mediante loteamentos aprovados nas décadas de 1950 e 1960, bem como por ocupações irregulares em áreas ainda não legalizadas. Na Figura 06 podemos observar as quadras que acabaram por ocupar as áreas planejadas por Atilio para serem destinadas a áreas verdes, parques e bosques.

Conforme nota-se na Figura 06 as várias quadras em tom de verde claro mais claro com construções acabaram avançando em áreas que a princípio eram destinadas o Parque Botafogo, como por exemplo, nas plantas dos setores Leste Nova Vila e Leste Vila Nova, aprovadas em 03/05/1967. No setor Leste Vila Nova foram incorporadas novas quadras, bem como quadras lindeiras ao Parque Botafogo, sendo elas: a quadra A1, 67D, 67C, 67B, 42A, 42, 28A, ocupação parcial das quadras 01, 02, 41, 24, 23. A quadra 70A foi aprovada junto ao Parque sem via de separação. No setor Central, tendo em vista os limites da Planta de Urbanização do bairro em 17/10/1967 e o estabelecido pela Lei Complementar n. 065, de 24 de março de 1999 (Goiânia 1999a), as quadras que passaram a ocupar parcialmente a área prevista para o Parque Botafogo são: 17A, 101, 104, 102 e 100, e as quadras 172, A, B, C estão totalmente na área. As quadras D, 104A e 100A foram aprovadas junto ao parque, diferente da proposta de Atilio que vias deveriam separar as quadras e os lotes das áreas verdes.

Figura 06. Quadras que foram aprovadas na área original do parque do Botafogo.



Fonte: IEG (2016) adaptado por Beker (2017).

O *Park-Way* do córrego Botafogo nunca chegou a ser implantado e suas margens não foram preservadas, mesmo havendo sua área estabelecida no projeto inicial de Goiânia e no projeto de 1947, que previam 50 metros de cada lado, com o intuito de preservar as nascentes e cursos d'água, mas, foram sendo tomadas por residências e ruas vicinais.

No setor central as quadras B e A situados na Alameda Botafogo; no Setor Universitário Quadras 52A, 52B, 107B, 106B, 78, E e M, conforme planta datada de 06/06/67, foram todas aprovadas nas áreas que se destinariam a preservação, dentro dos 50 metros destinados a preservação da mata ciliar. No setor Sul houve ocupação das áreas ao longo da margem esquerda do córrego Botafogo. As quadras identificadas como 14A, 14B, 20A, 20B, 36A, F36A e 39A do lado direito da Av. 115 estão todas na área de fundo de vale.

Ao longo do Córrego do Botafogo todas as quadras dispostas ao lado direito e esquerdo os fundos de vale das margens foram ocupadas irregularmente e, também, passou por diversas intervenções urbanas, entre elas a canalização do córrego iniciada em 1976 e da construção da ciclovia às margens do córrego 1980. Em 1990, a ciclovia deu lugar à construção da Marginal Botafogo a fim de atender a demanda da malha viária da cidade que também cortou o Bosque Botafogo.

Da mesma forma o *Park-Way* do Córrego do Capim Puba deveria começar na sua nascente e seguir ao sul até chegar a Reserva Florestal, na altura atual da Avenida Independência. A área de sua nascente está localizada o Parque Zoológico e Lago das Rosas no setor Oeste.

O parque linear deveria seguir ao longo do córrego a partir da Av. Anhanguera até Av. Independência. Mas, o projeto ficou apenas no papel e no decorrer dos anos, da mesma forma que ocorreu nas margens do Córrego do Botafogo, as suas margens, conforme se pode notar na área verde clara ao norte da Figura 07, foram sendo ocupadas por casas residenciais e comerciais. Os loteamentos aprovados em suas margens não respeitaram o limite de 50 metros do fundo de vale. Nos planos urbanísticos do setor dos Funcionários aprovado pela prefeitura, em 20/03/1968, não havia lotes lindeiros ao córrego Capim Puba, as quadras seriam separadas por uma viela, no entanto, essas quadras estavam dentro da área destinada ao parque linear Capim Puba. As quadras do setor dos Funcionários que foram invadidas que, também, eram para ter sido preservadas foram: P71A, P70A, P68A, P67A, P66A, P63A e as 71C, 73B e 74B - hoje, estas áreas foram incorporadas ao Setor Aeroporto mediante a Lei Complementar n. 066, de 26 de março de 1999 (Goiânia 1999b).

Figura 07. Quadras que foram aprovadas na área original do parque do Botafogo.

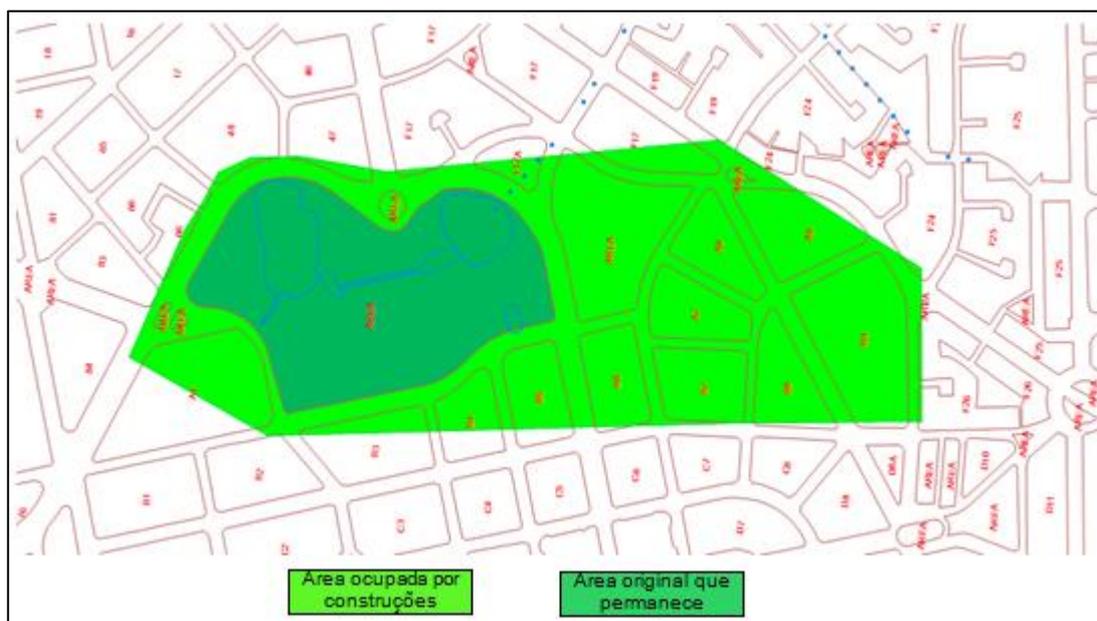


Fonte: IEG (2016) adaptado por Beker (2017).

Assim como no Parque do Botafogo a área que originalmente seria destinada ao Parque dos Buritis encontra-se, também, ocupada por prédios comerciais, residências, bem como pelas escolas Atheneu Dom Bosco e o Externato São José. Na mesma área abriga, também, o Fórum, o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás que está situada em uma unidade que deveria ser

conservação. Martins Júnior relata que “a descaracterização do Parque dos Buritis intensificou-se na década de 1940, quando ocorreram os primeiros parcelamentos de áreas a ele pertencentes, como a doação de suas extremidades, feita pelo Governo Estadual, aos colégios Atheneu Dom Bosco e Externato São José. A Investida mais dura contra o Parque dos Buritis foi perpetrada através do Decreto n. 71, de 20 de julho de 1955, assinado pelo prefeito João de Paula Teixeira Filho, que aprovou o loteamento do Setor Oeste, de propriedade do engenheiro Abelardo Coimbra Bueno” (Martins Júnior 2007).

Figura 08. Quadras do Setor Oeste aprovadas na delimitação do Parque dos Buritis.



Fonte: IEG (2016) adaptado por Beker (2017).

As colocações de Martins Júnior (2007) são confirmadas ao analisar a planta de urbanização do setor Oeste. Na Figura 08 podem-se observar quais foram as quadras aprovadas na área do Parque Buritis que perdeu grande parte de suas áreas no projeto urbanístico do Setor Oeste aprovado em 1956. Toda a área de verde claro onde está localizada as quadras A1, B4, B5, B6, B7, B8, B9, A7, A8, A9 do setor Oeste foram aprovadas pelo Decreto 71 de 15 de maio de 1956 e estavam originalmente situados na área do Parque. Na única área que restou (14 hectares) de verde escuro abriga a Assembleia Legislativa de Goiás, o Fórum e o Tribunal de Justiça, ou seja, praticamente, toda a área originalmente de 40 hectares encontra-se ocupada com edificações. Praticamente, 2/3 da área original do Parque dos Buritis se perdeu e se converteram em loteamentos do setor Oeste.

Toda área que compreendia cerca de 100 hectares destinados para ser uma Reserva Florestal conforme, se observa na Figura 09, toda a área que era destinada como reserva floresta foi ocupada e tornou-se grande parte do que corresponde na atualidade o setor Aeroporto, quadras 70C, X1,

parcialmente pelas quadras 70B, W, X. A área, também, compreende grande parte do setor dos Funcionários, planta de ocupação foi aprovada em 20/03/1968, quadras P103, P104, P105, P106, P107, P108, P109, P110, P111, P103A, P104A, P105A, P106A, P107A, P108A, P109A, P110A, P111A.

Figura 09. Área da Reserva Florestal.



Fonte: IEG (2016) adaptado por Beker (2017).

O setor Marechal Rondon, aprovado em 12/07/1951, também, foi aprovado dentro dos limites destinados à Reserva, e são as quadras: E, F, G, H, I, J, L, K, M, 2, 3, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 29 E 30. Da mesma forma parte do Setor Centro-Oeste, também avançou sobre a área conforme planta urbanística de 20/03/1968, as quadras 25, 1, 2 e 1A. Também, parte do setor Norte Ferroviário, conforme planta urbanística de 08/05/67, quadras U, S, P, M, K, L, J, H, I, H1, C1, bem como, a gleba onde está localizado cemitério Jardins da Palmeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos documentos e análise comparativa de diferentes fotos do sítio inicial de Goiânia observaram-se perdas irreparáveis, mesmo com diversas orientações da importância para a preservação dessas áreas, em especial os fundos de vale, aparentemente não foram realizadas ações políticas para que as mesmas fossem devidamente preservadas como um bem de uso comum coletivo.

Por um lado o projeto de construção da nova capital por Atilio Corrêa Lima que pretendia construir uma cidade moderna ao estilo dos padrões europeus e modelo das cidades-jardins dos fins do século XIX e primeira metade do século XX, e por outro, foi pensada para garantir a qualidade de vida dos futuros moradores, destinando amplos espaços a bosques, parques, praças, jardins, áreas de lazer e, também, preservando os recursos naturais e hídricos que circundavam o plano piloto da cidade de Goiânia.

O urbanista ao propor essas áreas tinha como objetivo preservar parte do patrimônio natural existente, criar espaços para que a população pudesse ter contato com recursos naturais, promovendo a qualidade de vida da população da futura capital do Estado de Goiás. A preservação das matas nativas e sistema de matas ciliares contribuiriam para a preservação das espécies da fauna e flora local. Elementos esses essenciais ao desenvolvimento equilibrado meio urbano. Contudo, Goiânia perdeu no decorrer dos anos uma de suas principais características: as grandes áreas verdes.

O que se pode concluir é que não houve por parte dos vários Governos Estadual e Municipal uma preocupação na preservação dessas áreas permitindo a ocupação irregular, ou autorizando parcelamentos, bem como, construção de obras públicas nos locais destinados aos parques e bosque conforme estavam previstos do plano original de Goiânia.

Para Moysés (2004) a cidade planejada morreu no início dos anos 1950, contraditoriamente perdeu-se em seu planejamento a qualidade ambiental e de vida de sua população sucumbiu-se aos interesses imobiliários e à expansão desordenada das cidades intensificada como êxodo rural de pessoas que passavam a se dirigir para as cidades, especialmente, para as capitais dos Estados. No caso de Goiânia a preservação dos mananciais foi toda prejudicada, estando os córregos hoje todos poluídos, com impactos no microclima local, diminuição da qualidade do ar e perda da fauna e flora local. Conforme dados da Agência Municipal do Meio Ambiente estima-se que a capital possua 202 cursos d'água, sendo 194 córregos, sete ribeirões e um rio e muitas áreas junto aos mesmos poderiam ser recuperados e assim voltar a cumprir sua função ecológica e social.

Por fim, é necessário uma a mudança de paradigma em relação ao planejamento urbano que dever ter seus alicerces em políticas sociais, econômicas e ecológicas equilibradas. Se estes fatores não forem levados em consideração, conjuntamente, continuaremos perdendo áreas importantes para a conservação ambiental. Além de efetiva fiscalização faz-se necessário uma ampla política voltada para educação ambiental que seja capaz de levar à conscientização da população que se deve sentir responsável, também, pela preservação ambiental a começar pela sua residência, estendendo-se pelas ruas de seu bairro e entender que, também, as áreas de uso comum devem ser protegidas e preservadas.

REFERÊNCIAS

- Ackel LGM 2007. *Atílio Corrêa Lima: uma trajetória para a modernidade*. 2007. Tese de Doutorado (Arquitetura), Universidade de São Paulo, São Paulo, 342pp. [Acesso 12 nov. 2015]. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-17092010-164414/en.php>.
- Beker SS 2017. *Goiânia-GO: um projeto de cidade jardim que não resistiu à força do progresso e do capital imobiliário: 1930-2010*. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4922942. Acessado em 03 de Jul. de 2018.
- Berman M 1986. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Companhia das Letras, São Paulo.
- Corrêa Lima A 1942a. *Plano Diretor da Cidade*. IBGE, Goiânia / Rio de Janeiro.
- Corrêa Lima A 1942b. *Goiânia - a nova capital de Goiás*. IBGE, Goiânia / Rio de Janeiro.
- Daher T 2003. *Goiânia, uma utopia europeia no Brasil*. Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, Goiânia.
- Daher T 2009. O projeto original de Goiânia. *Revista UFG*, 11(6):77-91. [Acesso em 03 jun. 2016]. Disponível em: https://www.proec.ufg.br/up/694/o/06_projetooriginal.pdf.
- Dutra e Silva S 2014. O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, 23:21-36.
- Godoy AA 1942. *Relatório sobre a conveniência da mudança da capital*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Goiânia/Rio de Janeiro.
- Goiânia 1938. *Decreto-Lei 90-A de 30 de julho de 1938*. Sistema de Informação Geográfica de Goiânia - Docs.
- Goiânia 1947. *Decreto-Lei n.º 574, de 12 de maio de 1947. Aprova o zoneamento do Município de Goiânia*. Goiânia.
- Goiânia 1971. *Lei 4.523 de 31 de dezembro de 1971. Aprova Plano Integrado de Goiânia*. Goiânia.
- Goiânia 1991. Lei 7042 de 27 de dezembro de 1991. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/go/g/goiania/lei-ordinaria/1991/704/7042/lei-ordinaria-n-7042-1991-dispoe-sobre-a-aprovacao-e-implantacao-no-municipio-de-goiania-de-planos-urbanisticos-integrados-define-suas-caracteristicas-cria-nova-zona-de-uso-e-da-outras-providencias>. Acesso em 05 de jul. de 2019.
- Goiânia 1999a. *Lei Complementar n.065, de 24 de março de 1999*. [Acesso em 05 de jul. de 2019]. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/1999/lc_19990324_000000065.html.
- Goiânia 1999b. *Lei Complementar n.066, de 26 de março de 1999*. [Acesso em 05 de jul. de 2019]. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/1999/lc_19990326_000000066.html.

Goiânia 2016. *Fotografia Aéreas de Goiânia*. Centro de Documentação e Biblioblioteca da SEPLAH.

Goiás 1933. *Decreto 3.547, de 06 de julho de 1933*. [Acesso em 19 de out. de 2016] Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/historia/goiania/decreto_3547.pdf.

Howard E 2002. *Cidades-jardins de amanhã*. 2.ed. HUCITEC, São Paulo.

IEG 2016. *Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás*. SEGPLAN - Governo de Goiás.

Manso CFA 2001. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea - um certo olhar*. Editora do Autor, Goiânia.

Martins Júnior OPM 2007. *Arborização urbana & Qualidade de vida: classificação dos espaços livres e áreas verdes*. Kelps/UCG, Goiânia.

Martins Júnior OPM 1996. *Uma cidade ecologicamente correta*. AB, Goiânia.

Moysés A 2004. *Goiânia: metrópole não planejada*. Ed. Da UCG, Goiânia.

Ribeiro MEJ 2004. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Ed. da UCG, Goiânia.

Saia LJ 1962. *Plano de Desenvolvimento Integrado: estudo preliminar*. Consultores Associados.

Sennett R 2008. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Record, Rio de Janeiro.

SEPLANH 2016a. *Planta Geral de Goiânia 1938*. Centro de Documentação e Biblioteca da SEPLANH, Goiânia.

SEPLANH 2016b. *Planta geral de Urbanização de Goiânia - 1947*. Centro de Documentação e Biblioblioteca da SEPLAH, Goiânia.

SEPLANH 2016c. *Fotos de Satélite da Cidade de Goiânia*. Centro de Documentação e Biblioteca da SEPLAH, Goiânia.

SEPLANH 2016d. *Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) 2000*. Centro de Documentação e Biblioteca da SEPLAH, Goiânia.

Urbanidades.arq [homepage on the Internet]. Saboya Renato; Cidade Jardim Diagrama n° 3 [updated 2008; cited 2016]. Available from: <https://urbanidades.arq.br/>.

Wilheim J 1968. *Plano de Desenvolvimento Integrado: estudo preliminar*. Consultores Associados, Prefeitura Municipal de Goiânia.

Wilheim J 1969. *Plano de Desenvolvimento Integrado*. Consultores Associados; Serete S.A. Engenharia, Prefeitura Municipal de Goiânia.

Goiânia-Go: A City-Garden Project that has not Resisted to the Forces of Progress

ABSTRACT

Using the comparative historical method in an interdisciplinary perspective, mainly by the dialogue of history, urbanism, architecture, landscaping and education the present article intends to make, besides discussions about environmental preservation, sustainability and quality of life in an urban environment, to understand how the inhabitants of the city have been changing their way of relating to the natural environment over the years. Goiânia was conceived and designed to be, besides a city planned in the architectural style of garden cities, the future capital of Goiás that was born approached the principles of a sustainable urbanization that sought to maintain the balance between nature, economy and society. Using a varied documentation - plan and master plan elaborated by Atilio Corrêa Lima, aerial photo records, maps of the areas destined to parks and forests, urbanistic projects and master plans, urban report, population data, urbanization plans of neighborhoods, maps of legal and illegal subdivisions - the article intends to show that the construction project of Goiânia devised by Atilio Corrêa Lima presented an interaction between the city, man and nature by allocating ample spaces for the construction of squares, gardens and green areas for leisure, in view also, the preservation of natural resources essential to a city that could house up to 50 thousand inhabitants. However from 1950 the rural exodus provoking the expansion of the agricultural frontier to the Center-West led to an accelerated and disorderly expansion of Goiania, and consequently, the expansion of the urban fabric into the areas that should be of conservation and preservation.

Keywords: Goiânia; Green Areas; City-Garden; Progress.

Submissão: 30/09/2018

Aceite: 05/07/2019